

ENTRE O MERCADO E A MORTE: NEOLIBERALISMO EM TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

RÔMULO JÚNIOR CARDOSO OLIVEIRA¹

MOISÉS OLIVEIRA COSTA²

RESUMO: O artigo analisa criticamente as manifestações do neoliberalismo no governo Bolsonaro (2019–2022), evidenciando o aprofundamento de uma agenda ultraliberal baseada na austeridade fiscal, desmonte de políticas públicas e subordinação da vida à lógica do mercado. A gestão foi marcada por medidas que intensificaram a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, agravaram as desigualdades sociais e enfraqueceram os mecanismos democráticos. A pandemia da COVID-19 expôs de forma brutal os limites do modelo adotado, revelando negligência com a vida, negação da ciência e descaso com a população vulnerável, culminando no retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Palavras-chave: Biopolítica, neoliberalismo, bolsonarismo, política; COVID-19.

ABSTRACT: The article critically analyzes the manifestations of neoliberalism during Bolsonaro's government (2019–2022), highlighting the deepening of an ultraliberal agenda based on fiscal austerity, the dismantling of public policies, and the subordination of life to market logic. The administration implemented measures that worsened living conditions for the working class, increased social inequalities, and weakened democratic mechanisms. The COVID-19 pandemic brutally exposed the limits of this model, revealing disregard for life, denial of science, and neglect of vulnerable populations, culminating in Brazil's return to the Hunger Map.

Keywords: Biopolitics, neoliberalism, bolsonarism, politics; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o avanço do neoliberalismo acarretou profundas transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas em escala mundial, mas impactando de maneira acentuada os países considerados periféricos, como o Brasil. Sustentado por uma ideologia que glorifica o livre mercado, a competitividade e a intervenção mínima do Estado, o neoliberalismo promove o desmonte

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista FAPEMIG. E-mail: romulojroliveira@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8295662787160340>.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES. E-mail: moisesoliveiracostaa@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/9218805090177515>.



de políticas públicas, a precarização de legislações e relações trabalhistas que resulta na agudização das desigualdades sociais.

No Brasil, as referidas diretrizes são ampliadas durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), cuja gestão combinou elementos autoritários, negacionistas e neoliberais. Neste cenário, observa-se o aprofundamento de reformas que fragilizam os direitos da população, priorizando o interesse do capital financeiro, especialmente durante a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, momento em que, a lógica de mercado foi colocada acima da preservação da vida.

O governo Bolsonaro se destacou sobretudo por aprofundar as medidas iniciadas por Michel Temer, através da desregulamentação das relações de trabalho, das privatizações e cortes em áreas como educação, saúde e assistência social. Referidas ações são justificadas sob o argumento de austeridade e de necessidade em retomar o crescimento econômico, mas, resultam em uma retirada de direitos historicamente conquistados e no aumento das expressões da “Questão Social”.

A reforma previdenciária, a flexibilização das leis trabalhistas e os cortes em orçamentos destinados a programas sociais demonstram que o governo priorizou a lógica fiscal em detrimento da justiça social. O governo operou um desmonte do Estado, negando seu papel e investindo em práticas voltadas ao fortalecimento da financeirização econômica, a concentração de renda e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos de controle social.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente as manifestações do neoliberalismo no governo Bolsonaro, demonstrando como suas políticas intensificaram a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e aumentaram as desigualdades sociais. Para isso, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva crítica, retomando historicamente a teoria neoliberal para analisar as medidas adotadas entre 2019 e 2022, concluindo com uma reflexão sobre os impactos duradouros desse período para a sociedade brasileira.

NEOLIBERALISMO E RETROCESSO SOCIAL NO GOVERNO BOLSONARO

O neoliberalismo é considerado uma vertente teórica de ações econômicas e políticas que, embora distinta do liberalismo clássico, atualiza seus princípios e os combina com o pensamento conservador. Defende que o bem-estar social deve ser alcançado por meio da promoção da liberdade individual e da expansão do livre mercado, visto como essencial para a sua maximização e

1135



autonomização. Para Boito Jr. (1999), essa vertente valoriza a competição e a iniciativa privada, defendendo a intervenção mínima do Estado. As políticas sociais, nessa lógica, são vistas como responsáveis por comportamentos passivos e dependência do Estado.

No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégios para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos habituar-se-iam ao paternalismo do Estado e, assim, deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. Quando os serviços públicos e a segurança social são oferecidos pelo Estado aos cidadãos, esses assumiram uma atitude filial frente à burocracia pública, perderiam sua independência individual (Boito Jr., 1999, p. 26-27).

A definição e defesa da ideologia é ampla, abstrata e seletiva, contudo, o tripé neoliberal — desregulamentação de direitos, privatizações e abertura econômica — implica a retirada de direitos sociais, favorece grandes grupos empresariais e sustenta políticas de juros altos e estabilidade monetária (Boito Jr., 1999). Moraes (2001) aponta que tais medidas se expressam em ações contra políticas redistributivas, defesa da iniciativa privada sobre o setor público e resistência à regulação de contratos, previdência e serviços públicos essenciais.

Após as grandes guerras, as crises econômicas evidenciaram necessidade de revisão das diretrizes liberais do século XIX, que segundo Dardot e Laval (2016) pode ser resumida como uma sociedade desenvolvida a partir de múltiplas relações contratuais em todas as esferas sociais, que deveria multiplicar as ações para reequilibrar, proteger e garantir a liberdade individual visando concretizar seus projetos pessoais. Para os referidos autores, as crises econômicas, os fenômenos que envolvem especulações e a desordem social revelaram a fragilidade do liberalismo e constataram sua incapacidade de impor limites para a intervenção governamental.

A partir disso, o neoliberalismo emerge como resposta, criticando o Estado de bem-estar e propondo a primazia da liberdade econômica. A partir da fundação da Sociedade *Mont Pélérin* por Hayek, em 1947, consolidou-se uma doutrina que valorizava a desigualdade como motor do mercado e rejeitava o controle estatal, alegando que a intervenção Estatal era prejudicial para a liberdade dos cidadãos e na concorrência do mercado, devido a dependência da prosperidade de todo complexo social. O pensamento se tornou hegemônico nos anos 1970, quando adentrou a estrutura social, incorporando em campos educacionais, comunicacionais administrativos e financeiros (Anderson, 2020; Harvey, 2008).



A ideologia neoliberal foi sistematizada por intelectuais da Europa e Estados Unidos agrupados na Sociedade de *Mont Pélérin*, durante o período de hegemonia da política econômica keynesiana e do Estado de bem-estar, na Europa Ocidental, do modelo de capitalismo de Estado com bem-estar social na Europa do Leste e na União Soviética e de hegemonia do desenvolvimentismo e do populismo nos países latino-americanos (Boito Jr., 1999, p. 111).

A partir de então, os neoliberais defenderam o corte de gastos sociais, o enfraquecimento dos sindicatos e a restauração de um Estado forte que garantisse a lógica concorrencial. Para Harvey (2008), o neoliberalismo passou a estruturar a administração pública com base em princípios empresariais, priorizando a acumulação de capital e a restauração do poder das elites econômicas.

Globalmente, a lógica neoliberal impõe a obrigatoriedade do desempenho individual, o esvaziamento da cidadania e a subordinação das políticas públicas aos interesses do capital (Andrade, 2019; Andrade; Cortes; Almeida, 2021). Suas práticas reconfiguram o papel do Estado, que deixa de garantir direitos e passa a induzir competitividade, inclusive com uso de repressão contra opositores. A consequência é o aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais.

A ideologia almeja esgotar preceitos democráticos através da manipulação de táticas autoritárias, ambicionando permanecer, efetivar e aprofundar seus interesses. Portanto, deseja alterações no cenário político, anseia pela adaptação da sociedade a lógica mercantil, flexibiliza legislações e modifica direitos sociais, além de fazer uso de meios repressivos para quem se opõe a sua ideologia.

A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile, com a ditadura de Pinochet apoiada por interesses estadunidenses (Harvey, 2008). Na Inglaterra, Margaret Thatcher implementou reformas neoliberais com cortes sociais, repressão a greves e amplas privatizações, seguidas por governos de direita e centro-esquerda. Na América Latina, o modelo resultou na precarização do trabalho, na urbanização empobrecida, em ataques a democracia eleitoral representativa e na retração do Estado como garantidor de direitos (Anderson, 2003; Laurell, 2012).

O neoliberalismo operou uma reconfiguração ampla das relações sociais, políticas e econômicas, marcada pelo desmonte do Estado, privatizações, liberação de mercados e expropriação de direitos sociais (Del Roio, 2019).

Perante o exposto, tem-se que a ideologia representou uma maneira de degradar



coletivamente a sociedade e minimizar com as políticas públicas desenvolvidas após o fim do século XIX, tendo em vista que as consideram medidas redistributivas, assistenciais e protecionistas.

Para Dardot e Laval (2016), trata-se de uma agenda orientada pela adaptação contínua a uma ordem concorrencial global, voltada para a eliminação de obstáculos ao capital, como monopólios, privilégios e direitos sociais.

A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial (Dardot; Laval, 2016, p. 86).

Nesse processo, o Estado assume papel estratégico na garantia da ordem neoliberal, promovendo competitividade e transferindo responsabilidades sociais aos indivíduos (Harvey, 2008; Andrade, 2019). A racionalidade neoliberal se impõe como forma dominante de gestão, com indivíduos convertidos em empresas, responsabilizados por sua própria sobrevivência. Desta maneira, a administração governamental se torna um sistema público que se apoia em regras utilizadas no setor privado.

Dardot e Laval (2016) elencam quatro traços para caracterizar a razão neoliberal, sendo: o discurso desvinculado da ontologia da ordem mercantil, sob um caráter construtivo; a essência do mercado ancorada na concorrência, e definida através de relações permeadas por desigualdades entre as diferentes esferas; o Estado vigilante e submetido a concorrência, com uma gestão semelhante à lógica empresarial em funcionamento interno e externo; e a concorrência como influência direta nas relações individuais e na condução da sociedade, com uma visão de cada indivíduo como uma empresa que deve gerir para o capital e acarretar lucros.

Segundo Druck e Filgueiras (2019), as transformações neoliberais intensificaram a concentração de renda, o desemprego, a pobreza e a instabilidade social, gerando sentimento de insegurança e intolerância. Nesse contexto, cresce uma extrema-direita que ataca os avanços democráticos e propõe um Estado de exceção como forma de garantir os interesses do capital financeiro, amparada por discursos morais conservadores e pelo fundamentalismo religioso.

Essa “grande transformação” estrutural, entendida como a derradeira mundialização do capital e que vem ocorrendo desde os últimos quarenta anos, implicou, tanto no centro quanto



na periferia do sistema capitalista, em maior concentração de renda e da propriedade, aumento do desemprego estrutural e difusão da precarização do trabalho, crescimento da pobreza absoluta e relativa, desenraizamento social e grandes movimentos migratórios. Como consequência generalizou-se, em todas as sociedades, a volatilidade, instabilidade, incertezas e crises econômicas – que levaram a sentimentos de insegurança, raiva e ódio difuso, fobias de todos os tipos, ressentimentos com relação a algum ou alguns “outros”. (Druck; Filgueiras, 2019, n/p).

A consolidação do neoliberalismo como racionalidade dominante não apenas reconfigurou o papel do Estado, mas também abriu caminho para experiências históricas marcadas pela intensificação das desigualdades, da precarização das relações de trabalho e do esvaziamento da cidadania. Essa dinâmica foi aprofundada em diversos contextos nacionais, inclusive na América Latina, onde regimes autoritários e democracias liberais adotaram os princípios neoliberais.

No Brasil, o referido processo encontrou expressão singular durante o governo Bolsonaro, que, sustentado por uma aliança entre neoliberalismo, neoconservadorismo e autoritarismo, promoveu uma agenda ultraliberal de ajuste fiscal e desmonte das políticas sociais.

A ascensão da nova direita brasileira no cenário contemporâneo ocorreu por meio de amplos movimentos políticos, assim como em outros países capitalistas e periféricos. Esse avanço resulta da incapacidade do liberalismo clássico e da social-democracia em apresentar respostas às necessidades do grande capital, favorecendo o fortalecimento de forças de direita e extrema-direita, apoiadas por agrupamentos neoliberais.

Nesse sentido, Druck e Filgueiras (2019) apontam que a direita neoliberal no Brasil se expressa especialmente através do Ministério da Economia, que lidera reformas exigidas pelo capital financeiro. Bolsonaro emergiu como figura política comprometida em dar continuidade às reformas iniciadas no governo Temer, adotando um discurso centrado na recuperação econômica, no crescimento, na geração de empregos, no aumento do bem-estar e no combate à corrupção.

Antes de analisar as medidas implementadas pelo governo, é necessário destacar o Plano Plurianual (PPA) 2020–2023, elaborado pela equipe e por Bolsonaro. Nomeado “Planejar, priorizar, alcançar”, o PPA foi estruturado em sete eixos: Institucional, Social, Ambiental, Econômico, Infraestrutura, Estratégia e Defesa (Brasil, 2020). O plano visava ampliar a eficiência econômica e superar os obstáculos que impedem o país de atingir seu pleno potencial econômico e social.

Entre os objetivos estavam: garantir a estabilidade macroeconômica, promover a alocação eficiente dos recursos públicos, melhorar o ambiente de negócios e fomentar a concorrência e a



inovação. Além disso, previa a reforma tributária, buscando simplificar o sistema e reduzir os custos operacionais para as empresas. Também constavam a ampliação das concessões e privatizações, a racionalização dos subsídios da União e uma reforma administrativa que visava a redução do número de servidores e mudanças nos critérios de progressão de carreira.

Behring, Cislighi e Souza (2020) observam que os programas finalísticos ficaram concentrados no Eixo Econômico, que absorveu cerca de 65,6% do orçamento total do PPA. Já o Eixo Social, embora discursivamente voltado ao bem-estar e à redução das desigualdades, limitou-se a ações básicas em educação, saúde, assistência, cultura, esporte e vínculos familiares. Houve sobrecarga do Ministério da Cidadania, responsável por programas que, idealmente, deveriam ser distribuídos entre diferentes pastas.

Importante destacar ainda a exclusão de diversos programas voltados à promoção de direitos fundamentais. Foram suprimidos, por exemplo, os programas de combate à violência contra a mulher, de promoção da igualdade racial e de proteção integral à infância e adolescência. Este último foi substituído por uma proposta limitada à “Atenção integral à primeira infância”, contrariando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outro dado importante a destacar deste orçamento refere-se à exclusão de diversos programas fundamentais, como o programa voltado ao combate à violência contra mulher, o programa de promoção de igualdade racial e o programa em defesa dos direitos humanos da criança e adolescente. Neste campo, o programa recém-criado se limita à “Atenção integral à primeira infância”, contrariando a perspectiva presente no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) sobre a garantia de direitos a infância e adolescência na sua integralidade (Behring; Cislighi; Souza, 2020. p. 113).

Conforme prometido durante sua campanha, Bolsonaro nomeou Paulo Guedes para o Ministério da Economia. Formado pela Universidade de Chicago, Guedes adotou uma agenda claramente ultraneoliberal, aprofundando as medidas do governo anterior. Boito Jr. (2020) ressalta que Guedes manteve e acirrou as políticas de austeridade e abriu a economia brasileira, além de promover a reforma da Previdência e favorecer o setor privado em detrimento do público.

A política externa, alinhada aos Estados Unidos, evidenciou submissão ideológica. O governo demonstrou empenho em agradar a Donald Trump e adotou uma postura hostil à China, principal parceiro comercial do Brasil. No plano interno, mesmo com pouco êxito nas privatizações, houve forte incentivo à iniciativa privada.



A crise social agravou-se com os ajustes fiscais e as contrarreformas, como na Educação, que sofreu drástica redução orçamentária. Foram extintos 27.500 cargos em universidades públicas e proibida a realização de novos concursos (Freire; Cortes, 2020). Além disso, houve cortes no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na educação básica e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com impactos significativos na pesquisa científica.

O fim do Ministério do Trabalho facilitou a desregulamentação das relações trabalhistas. A Portaria nº 604/2019 autorizou o trabalho em domingos e feriados sem remuneração adicional. A Medida Provisória (MP) nº 881/2019, transformada na Lei 13.874/2019, revisou normas de segurança e saúde do trabalho, permitindo a supressão de direitos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2019 reformou a Previdência, elevando a idade e o tempo de contribuição e incentivando a previdência privada.

Em novembro de 2019, Guedes defendeu um novo pacto federativo e uma cultura de responsabilidade fiscal. Apresentou a PEC nº 188/2019, que previa mudanças orçamentárias e redução de gastos. Entre as propostas, destacam-se a redução de 25% nos salários em situações de emergência fiscal e a obrigatoriedade de municípios com menos de 5 mil habitantes comprovarem arrecadação mínima. Houve também tentativa de unificar os pisos da educação e saúde, posteriormente abandonada diante da repercussão negativa.

As consequências dessas medidas incluíram a suspensão de concursos, o congelamento de salários, o aumento da terceirização e a perseguição a servidores públicos. Paralelamente, houve proteção e incentivo a setores como o agronegócio e a bancada ruralista. A política ambiental foi desmontada com cortes orçamentários, enfraquecimento de órgãos de fiscalização e flexibilização das legislações. O desmatamento aumentou 60% na Amazônia, atingindo o maior índice em 15 anos (INESC, 2023).

As medidas desenvolvidas pelo governo são embasadas no argumento de que o país está em crise, sendo essencial realizar ajustes fiscais e cortes para recuperar a economia. Entretanto, nota-se que as medidas são direcionadas especificamente a retirar direitos dos trabalhadores, e não para toda a sociedade.

Estamos diante do momento mais dramático para os trabalhadores (as) desta saga ortodoxa e destrutiva: o ultraneoliberalismo. O discurso é muito semelhante ao dos anos 90: a crise é do Estado e é necessário que “cada um faça a sua parte” no processo de socialização dos seus

1141



custos. Mas no mundo real, ontem e hoje ainda mais, quem paga a conta são os(as) trabalhadores(as), o que se evidencia no recrudescimento dos indicadores sociais brasileiros, destacadamente nos últimos quatro anos (Bering; Cislighi; Souza, 2020. p. 106).

Enquanto a classe trabalhadora é destituída dos direitos historicamente conquistados, a bancada ruralista e o agronegócio são beneficiados, de forma que os agricultores familiares, as populações originárias, os povos tradicionais, e o Movimento dos Trabalhadores sem-terra são negligenciados. Um exemplo está na privatização das reservas ambientais e territórios de povos indígenas, favorecendo a expropriação da terra, além da redução em 51% do orçamento direcionado ao Ministério do Meio Ambiente (Freire; Cortes, 2020).

Deste modo, o desmonte da política ambiental ocorreu através de alterações diretas e indiretas nos orçamentos, alterações em setores e órgãos responsáveis pela proteção ambiental e por fiscalizações, bem como flexibilização de legislações. Nestas circunstâncias, segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (2023), na Amazônia e nos cerrados, aumentou-se cerca de 60% o desmatamento, especificamente na região amazônica, em que o número representou o maior índice dos últimos 15 anos.

Outro aspecto a ser considerado é a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, que revelou a fragilidade estrutural do país. A ausência de políticas públicas eficazes expôs a população a riscos sanitários e socioeconômicos.

As medidas de prevenção ao contágio do vírus tomaram proporções políticas entre governadores. A classe trabalhadora ficaria sem qualquer segurança de renda caso permanecesse em isolamento social, conforme indicado pela OMS, e caso a população voltasse ao seu espaço de trabalho estaria exposta ao agente fatal. Além da pandemia em curso, a população brasileira também estava sendo afetada por condições precarizadas de abastecimento de água e esgoto, condições de moradia, vínculos empregatícios e ampliação do índice de desempregados, aumento do preço de alimentos, ampliação de desigualdades educacionais, ameaça constante a democracia (Brandt; Cislighi, 2020).

Com a crise sanitária em curso o governo permaneceu com sua agenda neoliberal, inicialmente propôs o Auxílio Emergencial, de apenas R\$200,00 que foi considerada insuficiente e elevada para R\$600,00 após pressão popular e parlamentar. O acesso ao benefício foi dificultado pela exclusão digital, com longas filas nas agências da Caixa Econômica Federal e parcerias emergenciais



com os Correios (Brandt e Cislighi, 2020).

O presidente descredibilizou as autoridades sanitárias, minimizou a gravidade da pandemia e trocou o Ministro da Saúde por militares. Houve negligência na aquisição de vacinas, compra de medicamentos ineficazes e incentivo a invasões de hospitais. Para Silva (2020), o governo priorizou o lucro, não a vida, revelando um projeto negacionista com traços autoritários.

O agravamento da crise sanitária com a pandemia da COVID-19 revelou de forma brutal os limites e a perversidade da agenda neoliberal. Mesmo diante de uma calamidade global, o governo insistiu na austeridade e manteve sua agenda de ajuste, negligenciando medidas de proteção à população vulnerável. O negacionismo, o atraso na aquisição de vacinas, os cortes em áreas essenciais e o valor inicial irrisório do Auxílio Emergencial escancararam o desprezo pela vida (Behring; Cislighi; Souza, 2020).

A crise que ora eclode é expressão das contradições próprias do capitalismo, que mesmo esaurindo recursos naturais e humanos, espoliando e expropriando direitos dos trabalhadores e levando ao limite o nível de barbarização das relações sociais, não consegue suplantar sua propensão a crises (Silva, 2020. p. 209).

Mesmo diante da pandemia, o governo avançou em medidas que restringiam direitos. As MPs nº 927, 928 e 936 flexibilizaram normas trabalhistas, ampliando os poderes patronais e limitando a atuação sindical. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi enfraquecido, serviços de saúde mental extintos e profissionais exonerados por razões ideológicas. A gestão da crise revelou o desprezo pelas camadas mais vulneráveis e aprofundou as contradições do capitalismo neoliberal.

Ao final de 2022, o governo Bolsonaro acumulava 10 milhões de desempregados, 40 milhões de trabalhadores informais, 33 milhões em extrema pobreza e mais de 700 mil mortes por COVID-19. Apesar disso, encerrou o ano com superávit primário de R\$54,1 bilhões, evidenciando o uso mínimo de recursos públicos para o enfrentamento das crises. A combinação entre austeridade, autoritarismo e omissão gerou retrocessos profundos e recolocou o Brasil no Mapa da Fome (INESC, 2023).

Logo, o quadriênio do governo Bolsonaro (2019-2022) representa um retrocesso para a sociedade, uma vez que ele nutriu uma ludibriadora ideia de salvação da vida e da economia, e fracassou em ambas as questões. O governo poderia ter amenizado o número de mortes decorridos da Covid-19, mas em razão do negacionismo que marcou seu governo não seguiu os protocolos e



aderiu de forma tardia aos programas de vacinas. A socialização dos custos da crise através da intensificação das medidas neoliberais sacrificou a população deixando-as em situação de extrema pobreza e retomando o país ao Mapa da Fome (INESC, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 2019 a 2022, correspondente ao governo de Jair Bolsonaro, representou uma intensificação do projeto neoliberal no Brasil, caracterizado pela adoção de medidas que fragilizaram o papel do Estado na garantia de direitos sociais e aprofundaram as desigualdades já existentes.

A articulação entre austeridade fiscal, desmonte de políticas públicas e autoritarismo revelou não apenas uma continuidade das reformas iniciadas no governo Temer, mas também a radicalização de uma agenda neoliberal que se ancorou na desresponsabilização estatal e na transferência das obrigações públicas aos indivíduos.

As análises realizadas neste trabalho permitem compreender como o neoliberalismo estruturou o conjunto das ações governamentais, orientando cortes em áreas estratégicas como saúde, educação, assistência social e direitos humanos. A partir do Plano Plurianual 2020–2023, ao priorizar a eficiência econômica e a estabilidade fiscal, nota-se que estrategicamente relegou a um segundo plano políticas voltadas à promoção da equidade social, que pode ser demonstrado pela exclusão de programas voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher, à igualdade racial e à proteção da infância e adolescência.

Nas áreas voltadas ao trabalho e a seguridade social, medidas como a reforma previdenciária, a flexibilização das normas trabalhistas e a extinção de concursos públicos evidenciaram o avanço de um modelo que favorece o setor privado em detrimento da proteção social. A precarização das condições de trabalho e a perda de direitos foram justificadas pela retórica da crise, enquanto setores ligados ao agronegócio e à elite financeira continuaram sendo privilegiados por meio de incentivos e proteção institucional.

A crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 aprofundou as contradições desse modelo ideológico. A condução negacionista do governo, junto à lentidão na compra de vacinas e à desarticulação do sistema de saúde, demonstrou a prioridade dada à lógica fiscal deixando questões ligadas a preservação da vida da população em segundo plano. O valor inicialmente proposto para o

1144



Auxílio Emergencial, bem como as dificuldades de acesso enfrentados pela população, evidenciaram o despreparo e a insensibilidade da gestão governamental frente à emergência vivida pela população.

O resultado desse conjunto de medidas foi o aumento dos indicadores de pobreza, insegurança alimentar e informalidades no mercado de trabalho, além do retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

A literatura utilizada ao longo desta pesquisa, com destaque para autores como Harvey (2008), Dardot e Laval (2016), Druck e Filgueiras (2019) e Behring, Cislighi e Souza (2020), contribuem para sustentar a tese de que o neoliberalismo se compromete com aspectos econômicos, com a racionalidade política que está intrinsecamente ligada as instituições, com os vínculos sociais e a subjetividades dos sujeitos.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de uma inflexão no modelo de desenvolvimento adotado, de maneira que a reconstrução do pacto social ocorra por meio do fortalecimento do Estado enquanto espaço de promoção de direitos, restabelecimento de políticas públicas universais e a ampliação dos espaços ligados a participação social democrática e do controle social.

A superação da lógica neoliberal passa pela afirmação de um projeto comprometido com a justiça social, a equidade e a valorização da vida acima dos interesses do capital.

Portanto, é urgente o enfrentamento dos retrocessos acumulados durante o governo Bolsonaro. Este confronto requer não apenas a reversão das medidas implementadas, mas, sobretudo, a elaboração coletiva de alternativas que coloquem no centro da ação política os princípios da solidariedade, da justiça e da democracia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. Trad.: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDRADE, Daniel. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38. 2019. p. 109-135. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de abril. 2025.

ANDRADE, Daniel; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. 01-25, 2021. Disponível em:



<<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BEHRING, Elaine; CISLAGHI, Juliana; SOUZA, Gisele. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio; Freire, Silene. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 103-122.

BOITO JR., Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do governo Bolsonaro. **Observatório Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, p. 8-30, 2020. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/6026>>. Acesso em: 13 de abr. 2025.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**, São Paulo. 1ª Ed. Xamã Editora, 1999.

BRANDT, Daniele; CISLAGHI, Juliana. Desmonte e financeirização da seguridade social em tempos de pandemia. In: MAURIEL, Ana Paula; KILDUFF, Fernanda; SILVA, Mossicleia; LIMA, Rodrigo. (Org.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 159-180.

BRASIL. Ministério da economia: **PPA 2020-2023**: planejar, priorizar, alcançar. [Brasília]: Ministério da Economia, mai. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em: 22 mai. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DEL ROIO, Marcos. A terceira fase do neoliberalismo. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Del-Roio-A-terceira-fase-do-neoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 05 de abril. 2025.

DUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Marxismo 21**, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

DUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de març. 2025.

FREIRE, Silene; CORTES, Thaís. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio; Freire, Silene. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 27-52.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo História e Implicações**. Trad. Adail Sobral. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (Brasil). **Depois do desmonte**: Balanço do orçamento geral da União 2022. Brasília, 2023. Disponível em: < https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.



LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: A política social do neoliberalismo. In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 151- 177.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? 1ª ed. São Paulo: Senac, 2001.